COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

12ª Reunião Ordinária 31 de Agosto de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Vaz de Lima

1 - Projeto de lei 487/2008 - Deputado Mário Reali - Assegura isenção do pagamento de tarifa de transporte coletivo para pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida ou doenças incapacitantes que morem em municípios situados nas regiões metropolitanas do Estado. - Deputado Estevam Galvão - favorável ao projeto e à emenda proposta pela Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais

2 - Projeto de lei 38/2013 - Deputado Carlos Neder - Estabelece percentual mínimo do total das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos anuais do Estado de São Paulo a gastos com publicidade e propaganda a ser aplicado em programas de educação para a saúde. - Deputado Carlão Pignatari - contrário ao projeto e ao substitutivo proposto pela CCJR

3 - Projeto de lei 143/2013 - Deputado Edmir Chedid - Veda a estipulação contratual que prorrogue automaticamente o prazo para entrega de imóvel em regime de incorporação. - Deputado Estevam Galvão - favorável, com emenda

4 - Projeto de lei 399/2014 - Deputado Itamar Borges - Altera o artigo 6º da Lei nº 10.705, de 2000, que trata do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), com redação dada pela Lei nº 10.992, de 2001. - Deputado Coronel Camilo - favoravel ao projeto na forma do substitutivo proposto pela CCJR.. Voto em Separado do Deputado Carlão Pignatari contrário ao projeto e contrário ao substitutivo apresentado pela CCJR.. - C.P., J.P.R., L.O., V.d.L., O.B., P.C.J., E.G., C.C., T.B.

5 - Projeto de lei 892/2014 - Deputado Edmir Chedid - Acrescenta parágrafo ao artigo 48 da Lei n. 6.544, de 1989, para disciplinar o procedimento do leilão. - Deputado Carlão Pignatari - favorável - T.B., E.G., J.P.R.

6 - Projeto de lei 1309/2014 - Deputada Sarah Munhoz - Dispõe sobre a instalação da Delegacia da Mulher nos distritos policiais, na forma que especifica. - Deputado Coronel Camilo - contrário - J.P.R., T.B., T.B.

7 - Projeto de lei 279/2015 - Deputado Carlos Cezar - Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção integral do pagamento de tarifa de serviços de transporte coletivo de passageiros operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU/SP, nas Regiões Metropolitanas do Estado, e também no transporte coletivo intermunicipal de passageiros entre municípios contíguos, aos Professores de educação infantil e do ensino fundamental, médio ou superior. - Deputado Estevam Galvão - favorável

8 - Projeto de lei 376/2015 - Deputado Edson Giriboni - Altera a Lei nº 3.201, de 1981, alterada pela Lei nº 8.510, de 1993, que dispõe sobre a parcela pertencente aos municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS. - Deputado Carlão Pignatari - favorável - O.B., T.B., C.C., J.P.R.

9 - Projeto de lei 530/2015 - Deputado Rodrigo Moraes - Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA. - Deputado Paulo Correa Jr - favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR - T.B.

10 - Projeto de lei 676/2015 - Deputado Aldo Demarchi - Autoriza o Poder Executivo a criar o "Programa de Desoneração Parcial do IPVA aos usuários das Rodovias Concessionadas do Estado", que tem por objetivo a devolução de parte dos valores pagos por tarifa de pedágio. - Deputado Estevam Galvão - favorável

11 - Projeto de lei 1065/2015 - Deputado Gil Lancaster - Dispõe sobre a colocação de brinquedos para pessoas com deficiência em parques, praças e outros locais públicos que são destinados à prática de esportes e lazer. - Deputado Estevam Galvão - favorável, com emenda

12 - Projeto de lei 1094/2015 - Deputada Beth Sahão - Torna obrigatório o exame para verificar a trombofilia em Postos de Saúde e Hospitais da Rede Pública do Estado. - Deputado Léo Oliveira - favorável - J.P.R.

13 - Projeto de lei 1157/2015 - Deputado Estevam Galvão - Dispõe sobre o Programa de Apoio Regional - Alto Tietê. - Deputado Edson Giriboni - favorável - T.B.

14 - Projeto de lei 1159/2015 - Deputado Coronel Telhada - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de leitor ótico para conferência de lançamento de consumo nos estabelecimentos comerciais do Estado. - Deputado Paulo Correa Jr - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR - T.B.

15 - Projeto de lei 1161/2015 - Deputado Coronel Telhada - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de carroceria metálica modelo "gaiola" em caso de transporte de botijão e/ou cilindro de gás liquefeito de petróleo em vias públicas. - Deputado Coronel Camilo - favorável

16 - Projeto de lei 1196/2015 - Deputado Hélio Nishimoto - Altera a Lei n.º 12.907, de 2008, que consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado. - Deputado Carlão Pignatari - favorável

17 - Projeto de lei 1359/2015 - Deputada Beth Sahão - Cria o "Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres". - Deputado Orlando Bolçone - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação

18 - Projeto de lei 1377/2015 - Deputado Afonso Lobato - Inclui inciso no artigo 16 da Lei nº 7835, de 1992, que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos. - Deputado Edson Giriboni - favorável

19 - Projeto de lei 1395/2015 - Deputada Ana do Carmo - Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em Ibiúna. - Deputado Léo Oliveira - favorável

20 - Projeto de lei 1398/2015 - Deputado Gil Lancaster - Institui a Política Estadual de Educação Preventiva contra a Hanseníase e de Combate ao Preconceito no Estado. - Deputado Edson Giriboni - favorável

21 - Projeto de lei 1422/2015 Juntado o Projeto de lei 1534/2015 - Deputada Célia Leão - Dispõe sobre advertência quanto à violência contra a mulher no Estado. - Deputado Carlão Pignatari - favorável aos PLs 1422 e 1534, de 2015

22 - Projeto de lei 1464/2015 - Deputado Gil Lancaster - Torna obrigatória a colocação de placas em hospitais, unidades de saúde, laboratórios e postos de saúde com nome dos médicos em exercício, chefes de enfermagem e seus horários de atendimento. - Deputado Edson Giriboni - favorável

23 - Projeto de lei 1466/2015 - Deputado Gil Lancaster - Institui a "Semana Estadual de Mobilização e Combate à Violência Contra a Mulher". - Deputado Orlando Bolçone - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR

24 - Projeto de lei 1492/2015 - Deputado Gil Lancaster - Dispõe sobre a criação do curso de Optometria nas unidades da Fatec, Faculdade de Tecnologia de São Paulo. - Deputado Edson Giriboni - favorável

25 - Projeto de lei 1494/2015 - Deputado Wellington Moura - Institui o "Dia Estadual da Conscientização para Lipodistrofia". - Deputado Léo Oliveira - favorável, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR

26 - Projeto de lei 1506/2015 - Deputado Igor Soares - Autoriza o Poder Executivo a firmar parcerias com as Administrações Públicas Municipais do litoral paulista para construção e implantação de caminhos de acesso para cadeirantes nas praias do Estado. - Deputado Paulo Correa Jr - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais

27 - Projeto de lei 1530/2015 - Deputado Caio França - Institui o "Programa Município Protetor da Vida Animal". - Deputado Paulo Correa Jr - favorável ao projeto e à emenda apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

28 - Projeto de lei 1532/2015 - Deputado Roberto Engler - Institui a campanha "Novembro Azul na Escola". - Deputado Carlão Pignatari - favorável

29 - Projeto de lei 1533/2015 - Deputado Roberto Engler - Institui a campanha "Outubro Rosa na Escola". - Deputado Carlão Pignatari - favorável

30 - Projeto de lei 1546/2015 - Deputado Gil Lancaster - Institui a "Semana Estadual da Maturidade Ativa" e dá outras providências. - Deputado Léo Oliveira - favorável

31 - Projeto de lei 1578/2015 - Deputado Wellington Moura - Dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitavas e degenerativas. - Deputado Carlão Pignatari - favorável

32 - Projeto de lei 94/2016 - Deputado Gil Lancaster - Dispõe sobre a realização da campanha de conscientização no Estado sobre a Síndrome de Guillain-Barré. - Deputado Edson Giriboni - favorável

33 - Projeto de lei 155/2016 - Deputado Afonso Lobato - Dispõe sobre a instalação de placas de sinalização que utilizem elementos que não permitam o acúmulo da água de chuva. - Deputado Edson Giriboni - favorável

34 - Projeto de lei 191/2016 - Deputado Afonso Lobato - Dispõe sobre os serviços de reparo do piso e do leito carroçável das vias públicas urbanas pelas empresas concessionárias de serviços públicos estaduais. - Deputado Estevam Galvão - favorável

35 - Projeto de lei 251/2016 - Deputado Hélio Nishimoto - Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Hospital Israelita Albert Einstein para a realização, em casos de urgência, do procedimento chamado dessensibilização, que viabiliza o transplante renal em pacientes hipersensibilizados. - Deputado Carlão Pignatari - favorável

36 - Projeto de lei Complementar 2/2013 - Deputado Carlos Giannazi - Fica assegurado aos Diretores de escola, Coordenadores pedagógicos e Supervisores Escolares titulares de cargo o direito à aposentadoria especial do magistério. - Deputado João Paulo Rillo - favorável - V.d.L.

37 - Projeto de lei Complementar 40/2013 - Deputado Luiz Cláudio Marcolino - Dispõe sobre as promoções das Praças da Polícia Militar do Estado. - Deputado Coronel Camilo - contrário - J.P.R., T.B.

38 - Projeto de lei Complementar 5/2016 - Tribunal de Justiça - Altera a Lei Complementar nº 1.273, de 2015, que dispõe sobre o requisito de ingresso no cargo de Oficial de Justiça, e altera a Lei Complementar nº 1.111, de 2010, que institui o Plano de Cargos e Carreira dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. - Deputado Orlando Bolçone - favorável

39 - Projeto de resolução 27/2015 - Deputado Coronel Telhada - Regulamenta a concessão da "Medalha da Constituição", instituída pela Resolução nº 330, de 1962. - Deputado Coronel Camilo - favorável

40 - Projeto de resolução 34/2015 - Deputado Afonso Lobato - Institui o Prêmio Município Paulista Inovador. - Deputado Orlando Bolçone - favorável - E.G., J.P.R.

41 - Projeto de resolução 7/2016 - Deputado Carlão Pignatari - Institui o prêmio "Município Amigo da Bicicleta". - Deputado Edson Giriboni - favorável

42 - Projeto de decreto legislativo 9/2012 - Deputado Campos Machado - Susta os efeitos do Decreto nº 58.031, de 2012, que dispõe sobre a redução de juros e multas e sobre remissão parcial do ICMS decorrente de prestações de serviços de comunicação. - Deputado Léo Oliveira - favorável - T.B.

43 - Processo 661/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CG.C.DER 500/2015 - TC-036656/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Ticket Serviços S.A. - Deputado Edson Giriboni - que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos

44 - Processo 5363/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.ECR 701/2015 - TC-001768/004/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"-UNESP - Campus de Assis-Faculdade de Ciências e Letras e a empresa Elgel-Eletricidade e Engenharia Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que reconhece a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP, para adoção das medidas cabíveis, com posterior arquivamento dos autos - J.P.R.

45 - Processo 8470/2015 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGC.ARC nº 1665/2015 - TC - 015621/026/07; Deu provimento parcial ao Recurso Ordinário contra o Acórdão que julgou irregulares o pregão presencial, o contrato e ilegais as despesas decorrentes do contrato celebrado entre o Hospital e Maternidade Interlagos e Terra Azul Alimentação Coletiva e Serviços Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que reconhece a decisão do TCE e, uma vez q não cabe mais a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com cópia deste parecer, para adoção das medidas cabíveis, e posterior arquivamento dos autos - T.B.

46 - Processo 703/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGCRRM 3338/16 - TC-24703/026/11 - Representação apontando irregularidades no Pregão Eletrônico nº 20/2011, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde - Coordenadoria de Serviços de Saúde - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas. - Deputado Paulo Correa Jr - que reconhece a decisão do TCE, que julgou procedente a representação apresentada e, consequentemente, irregulares o pregão eletrônico e o contrato; solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com posterior arquivamento dos autos - J.P.R.

47 - Processo 871/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. GCRMC 184/2016 - TC-024023/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e o Consórcio Concremat - Cobrape II. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

48 - Processo 873/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGCRRM 164/2016 - TC-42479/026/06 - Julgou irregular o contrato celebrado entre o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE e a empresa Input Center Informática Ltda. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos - J.P.R.

49 - Processo 1771/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. CGC.ARC 400/2016 - TC-39418/026/08 - Julgou irregulares os Termos Aditivos de nºs 02, 03 e 04 e toma conhecimento do Termo de Encerramento do contrato entre a Companhia Energética de São Paulo - CESP e a empresa Ricsan - Comércio e Serviços de Informática Ltda. - Deputado Paulo Correa Jr - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

50 - Processo 1843/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 850/2016 - TC-39715/026/12 - Julgou irregulares o convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Hospitalar de Bauru. - Deputado Paulo Correa Jr - que reconhece a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

51 - Processo 1966/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 1143/2016 - TC-2216/003/09 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e a empresa EB-Alimentação Escolar Ltda. - Deputado Paulo Correa Jr - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

52 - Processo 2079/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.ECR 460/2016 - TCs - 001640/989/13-3, 001381/989/12-8, 003188/989/14-9 e 003190/989/14-5 - Julgou irregulares o pregão presencial nº 08/2012 celebrado entre a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP com a empresa Macpel Máquinas de Construção e Peças Ltda. - Deputado Paulo Correa Jr - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

53 - Processo 2199/2016 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO - Of. C.CCM 1389/2016 - TC-31284/026/10 - Julgou irregular o Termo de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro. - Deputado Coronel Camilo - que concorda com a decisão do TCE e, por não mais caber a sustação do contrato, solicita envio de ofício ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

12ª Reunião Ordinária 31 de Agosto de 2016 às 14:30 horas no Plenário Tiradentes.

Presidente: Deputado Vaz de Lima

54 - Projeto de decreto legislativo 4/2016 - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Considera regulares, nos autos do processo TC-2069/005/06, a Concorrência Pública e o Contrato firmado entre a Unesp - Campus de Presidente Prudente e a Prudesan - Engenharia e Comércio Ltda. - J.P.R., O.B., T.B.

55 - Projeto de decreto legislativo 5/2016 - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC- 008568/026/06, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental e a empresa Ainyl - Soluções Ltda. - J.P.R., O.B., T.B.

56 - Projeto de decreto legislativo 6/2016 - Comissão de Finanças Orçamento e Planejamento - (CONCLUSIVA) Reforma a decisão do Tribunal de Contas do Estado prolatada no processo TC-95/008/08, que julgou irregular o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública - Polícia Militar do Estado - 33º Batalhão de Polícia Militar do Interior e a empresa Constreng Construções e Engenharia Ltda. - J.P.R., O.B., C.C., T.B.

57 - Moção 112/2015 - Deputado André do Prado - (CONCLUSIVA) Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei Complementar nº 366, de 2013, seja apreciado e aprovado com a máxima celeridade possível. - Deputado Orlando Bolçone - favorável - J.P.R., T.B.

PARA DELIBERAÇÃO:

13 REQUERIMENTOS, recebidos em 31/3/16, de autoria do Deputado José Zico Prado, Líder do PT e Bancada, para CONVOCAÇÃO das seguintes autoridades, funcionários públicos e cidadãos:

Item 58 - Secretário de Estado da Educação, Sr. José Renato Nalini, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015; sobre o ônus que as revelações da Operação Alba Branca está provocando na Educação e sobre as medidas que estão sendo adotadas face aos fatos revelados".

Item 59 - Ex-Secretário de Estado da Educação, Prof. Herman Jacobus Cornelis Voorwald, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual da Educação, para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 60 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sr. Arnaldo Calil Pereira Jardim, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação nos fatos revelados pela Operação Alba Branca".

Item 61 - Secretário de Estado de Logística e Transportes, Sr. Antonio Duarte Nogueira Junior, "para prestar esclarecimentos sobre sua atuação face às revelações da Operação Alba Branca".

Item 62 - Ex-Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, Sr. Fernando Padula Novaes, "para prestar esclarecimentos sobre as contratações da Secretaria Estadual de Educação para fornecimento de produtos para merendas da rede escolar estadual, no período de 2013 a 2015".

Item 63 - Sra. Dione Maria Whitehurst di Pietro, Coordenadora da CISE - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares da Secretaria de Estado da Educação, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 64 - Sr. Yuri Keller Martins, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 65 - Sr. Eduardo Araújo de Lima, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 66 - Sra. Dione Moraes Pavan, membro da Comissão de Credenciamento, do Depto. de Alimentação e Assistência ao Aluno, da CISE, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 67 - Sr. José Merivaldo dos Santos, vulgo Meriva, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 68 - Sr. Luiz Carlos Gutierrez, vulgo Licá, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 69 - Sr. Luiz Roberto dos Santos, vulgo Moita, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Item 70 - Sr. Jeter Rodrigues Pereira, "para prestar esclarecimentos sobre os processos administrativos e sua atuação face às fraudes à licitação reveladas na Operação Alba Branca".

Concedida vista dos 13 requerimentos ao Deputado Mauro Bragato em 11/05/16, ao Deputado Orlando Bolçone em 22/06/16 e ao Deputado João Caramez em 17/08/16.

EXPEDIENTES RECEBIDOS NA COMISSÃO, PARA CIÊNCIA:

- Of. 433/16, recebido em 02/08/16, da Associação Paulista de Municípios, encaminhando as reivindicações apresentadas no 60º Congresso Estadual de Municípios, no sentido de serem apresentadas emendas ao orçamento de 2017, solicitadas pelo Município de Tapiraí, para construção de 50 casas populares; para construção de um anfiteatro; para construção ou compra de cobertura metálica para área de eventos; para aquisição de uma Patrol para o Município; para construção do Portal do Município e R$500.000,00 para obras de infraestrutura.

- Of.1/0184/16 (cópia) recebido em 02/08/16, do Secretário Estadual de Planejamento e Gestão, encaminhando as diretrizes e orientações estabelecidas na Portaria CO 5/16 a serem observadas, no que couberem, na elaboração da proposta orçamentária setorial desta Assembleia, que integrará o PL do Orçamento 2017 (original devidamente encaminhado ao Depto. de Finanças da Alesp).

- Of. 273/16, recebido em 05/08/16, da Câmara de Itapeva, encaminhando requerimento do Vereador Toni do Cofesa, no sentido de ser apresentada uma emenda ao orçamento para aquisição de uma van para o Serviço de Atendimento Domiciliar daquele município.

- Of. 297-c/16, recebido em 04/08/16, da Câmara de Tupã, encaminhando uma Moção de Protesto ao Governador do Estado, devido ao não cumprimento da Lei 6.374/89, que dispõe sobre a instituição do ICMS, assim como do Decreto 57.686/11, que regulamenta a concessão de regime especial para apropriação e utilização de crédito acumulado do ICMS.

- Of. 677/16, recebido em 16/08/16, da Câmara de Catanduva, encaminhando Requerimento do Vereador José Alfredo Luiz Jorge, solicitando apoio para aprovação de projeto que foi encaminhado ao Ministério da Fazenda, no sentido de que seja impedida a reedição da CPMF.

Atos Administrativos

ATO Nº 23/2016, DA MESA, DE 30/08/2016

O Ato da Mesa nº 1, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar, destinada a realizar a apuração preliminar de fato que possa implicar lesão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade ou eficiência.

§ 1º - A Comissão de Apuração Preliminar será composta por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes, nos seguintes termos:

I - 1 (um) Procurador da Assembleia Legislativa e seu suplente, designado pelo Procurador-Chefe;

II - 1 (um) servidor integrante do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa – QSAL e seu suplente, indicado pelo Secretário Geral de Administração; e

III - 3 (três) servidores integrantes do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL e seus suplentes designados respectivamente por cada membro da Mesa Diretora.

§ 2º - A investidura dos membros da Comissão será de 2 (dois) anos e coincidente com o mandato dos membros da Mesa Diretora.

§ 3º - A Presidência da Comissão será exercida pelo Procurador da Assembleia Legislativa designado como titular ou seu suplente.

Artigo 2º - A apuração preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis a pedido do presidente da Comissão de Apuração Preliminar.

§ 1º - Ao concluir a apuração preliminar, a Comissão deverá opinar fundamentadamente pelo arquivamento ou pela instauração de procedimento administrativo, encaminhando o respectivo parecer opinativo à autoridade competente para as providências necessárias.

§ 2º - A decisão da Comissão será tomada por maioria absoluta, facultando-se o encaminhamento de manifestação divergente de qualquer de seus membros juntamente com o parecer da Comissão.

§ 3º - Caso a autoridade competente opte pela instauração de sindicância ou de processo administrativo, deverá encaminhar o respectivo expediente preliminar ao Serviço de Protocolo Geral para a devida autuação, nos termos do artigo 150 do Ato de Mesa nº 30/2010.

Artigo 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2016.